

Auditoria à Escola Superior de Enfermagem do Porto

SÍNTESE DE RESULTADOS

A auditoria à Escola Superior de Enfermagem do Porto (ESEP) teve como objetivos apreciar a legalidade, regularidade e racionalidade das despesas com o pessoal e com a contratação pública e avaliar os mecanismos de controlo interno desta entidade.

Esta ação incidu no triénio 2012/2014, período em que a despesa ascendeu a 22,8 M€.

1. Principais conclusões

No final de 2014, o montante das propinas em falta ascendia a 1,3M€, por falta de promoção da respetiva cobrança coerciva. Na área da contratação pública identificaram-se insuficiências, designadamente, a falta de consulta a mais de uma entidade nos procedimentos de ajuste direto, o reduzido prazo para a apresentação das propostas e a publicitação dos contratos no Portal BASE antes da respetiva execução física e financeira. No exercício de 2014 a ESEP efetuou pagamentos de 65 mil euros, os quais se consideram indevidos porque equiparou a remuneração dos cargos de presidente e vice-presidente à dos cargos de direção dos institutos politécnicos, o mesmo tendo sucedido com o cargo de administrador, contrariamente ao disposto no Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior. O sistema de controlo interno carece de procedimentos eficazes para o controlo da assiduidade, a verificação das acumulações de funções, a organização e acesso a processos de compras, inventário e recursos humanos. Acresce que a ESEP não dispõe de Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

2. Principais recomendações à/s entidade/s auditada/s

Recomendou-se a regularização das insuficiências identificadas, designadamente a reposição de remunerações pagas em excesso, a melhoria dos procedimentos de contratação pública e de controlo interno.

(Relatório n.º 2186/2015, homologado, por S. Ex.ª Secretário de Estado do Orçamento, em 2016-08-24).